



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 62/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2152/2009 (9 volumes).

Apenso: Processo nº 4249/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Coari.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 687/2016 (fls. 1751/1752).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4599/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1754/1754v).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- EMITE PARECER PRÉVIO, recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro na prefeitura de Coari, no exercício de 2008, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127, da CE/89, com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 3º da Resolução nº 09/97;

9.2- DETERMINA à Câmara Municipal de Coari o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, para que no prazo de 60 dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas, julgue as contas do Poder Executivo, de responsabilidade do Sr. **Manoel Adail Amaral Pinheiro**.

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 08 de Novembro de 2016.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 62/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 62/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

1-Processo TCE nº 2152/2009 (9 volumes).

Apenso: Processo nº 4249/2008.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Coari.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Manoel Adail Amaral Pinheiro, Prefeito Municipal de Coari e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 687/2016 (fls. 1751/1752).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4599/2016-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1754/1754v).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

Ementa: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2008.

Contas Irregulares. Representação. Alcances. Multas. Recomendação à Prefeitura Municipal de Coari. Determinação à SECEX. Ofícios.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. **Manoel Adail Amaral Pinheiro**, responsável pela Prefeitura de Coari, no curso do exercício de 2008, na condição de Ordenador das Despesas, nos termos das alíneas “b”, “c” e “d” do inc. III do art.22 c/c o art.25 da LO/TCE;

9.2- REPRESENTAR ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias;

9.3- Considerar em Alcance o Sr(a). **Manoel Adail Amaral Pinheiro** no valor de R\$ **52.149.807,09** (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e sete reais e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari, atualizado monetariamente, em face das restrições apontadas nos itens 16 a 27 e 31 do Relatório Preliminar - DICAMI (fls.1394/1504) e Informação nº 687/2016 (fls. 1751/1752). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 62/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.4- Considerar em Alcance o Sr(a). **Manoel Adail Amaral Pinheiro** no valor de R\$ **6.038.969,16** (seis milhões, trinta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari, atualizado monetariamente, em face das restrições apontadas na Informação nº 197/2014 – DICOP (fls. 1570/1571). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96);

9.5- Aplicar Multa ao Sr(a). **Manoel Adail Amaral Pinheiro** no valor de R\$ **13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução 04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por atraso na remessa ao Tribunal, por meio informatizado ou documental, de balancetes mensais (jan. à dez/2008). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, “a”, da Lei nº 2423/96);

9.6- Aplicar Multa ao Sr(a). **Manoel Adail Amaral Pinheiro** no valor de R\$ **9.864,27** (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução 04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por pelas improbidades apontadas nos itens 4, 5, 6 e 7 do Relatório Preliminar – DICAMI de fls.1394/1504. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96);

9.7- Aplicar Multa ao Sr(a). **Manoel Adail Amaral Pinheiro** no valor de R\$ **43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas improbidades apontadas nos itens 01, 03, 08 à 13, 15, 28 à 30 e 32 à 80 do Relatório Preliminar – DICAMI de fls.1394/1504. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96);

9.8- Aplicar Multa ao Sr(a). **Manoel Adail Amaral Pinheiro** no valor de R\$ **15.000,00** (quinze mil reais), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas improbidades apontadas nos itens 14, 16 à 27 e 31 do Relatório Preliminar – DICAMI de fls.1394/1504. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96);

9.9- Recomendar a Prefeitura Municipal de Coari, a estreita observância dos ditames legais apontados pelas Unidades Técnicas, remetendo-lhe cópias dos Relatórios Conclusivos e Parecer Ministerial;

9.10- Determinar a Secex - Secretaria Geral do Controle Externo, que inclua no Plano de Inspeção de 2017, referente ao Município de Coari, a apuração quanto à doação de terras à Empresa GROWTH Engenharia LTDA, encaminhando àquela Secretaria a documentação de fls. 1689/1737, em cumprimento ao Acórdão nº 044/2015, em seu item 9.1.25 (fl.1699);



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 62/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 62/2016 – TCE-Tribunal Pleno)

9.11- Oficiar a Secretaria da Receita Federal do Brasil ante a ausência de comprovantes do recolhimento da Previdência Social e do IRRF do exercício de 2008, no montante de R\$ **11.469.849,88** (onze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos);

9.12- Oficiar o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - Coariprev, ante a ausência de comprovantes do recolhimento da Previdência Social do exercício de 2008, no montante de R\$ **2.271.044,25** (dois milhões, duzentos e setenta e um mil, quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 08 de Novembro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral